

**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS****ACÓRDÃO Nº 505/2014 – TCE – TRIBUNAL PLENO****1- Processo TCE nº 2359/2013 (6 vols.).****2- Assunto:** Prestação de Contas Anuais.**3- Órgão:** Programa Nacional de Administração da Fazenda Municipal – PNAFM.**4- Exercício:** 2012.**5- Responsáveis:** Sr. Alfredo Paes dos Santos.**6- Unidade Técnica:** DICAD-MA – Informação nº 68/2014 (fls. 1.172/1.175).**7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2060/2014-MP-ESB, do Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas (fls. 1.176/1.181).**8- Relator:** Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Programa Nacional de Administração da Fazenda Municipal. Exercício de 2012.*Contas regulares com ressalvas. Recomendação à origem. Multa. Prazo. Autorizada a cobrança executiva***9- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c art. 18, inciso II, da Lei complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

9.1- à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Julio Cabral, manifestado em sessão, que adotou a proposta de voto originária do Relator, no sentido de:

9.1.1- Julgar REGULARES, COM RESSALVAS, a Prestação de Contas do Programa Nacional de Administração da Fazenda Municipal – PNAFM, exercício de 2012, de responsabilidade do Sr. Alfredo Paes dos Santos, na condição de secretário da SEMEF, com fundamento nos arts. 19, II, 22, II, e 24, da Lei n.º 2.423/96 (Lei Orgânica deste Tribunal de Contas) c/c os arts. 188, § 1º, II, da Resolução 04/2002-TCE/AM (Regimento Interno deste Tribunal de Contas);

9.1.2- RECOMENDAR ao responsável e a atual gestão do Programa Nacional de Administração da Fazenda Municipal – PNAFM, que observem e cumpram os dispositivos abaixo transcritos, a fim de que irregularidades desta natureza não voltem a ocorrer em exercícios futuros:

**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS****ACÓRDÃO Nº 505/2014 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

9.1.2.1- Observem com maior rigor o Decreto Federal n.º 7.892/2013, o qual atualmente regulamenta o Sistema de Registro de Preços na esfera federal, sem prejuízo da obediência da legislação estadual que discipline a matéria em precedência;

9.1.2.2- Observem e cumpram o disposto no artigo art. 67 da Lei 8.666/1993, acerca da execução dos contratos administrativos.

9.2- por maioria, com voto de desempate da Presidência em favor do voto do Conselheiro Júlio Cabral, no sentido de:

9.2.1- Aplicar MULTA ao Sr. Alfredo Paes dos Santos, como gestor do Programa Nacional de Administração da Fazenda Municipal – PNAFM e na condição de secretário da SEMEF, exercício de 2012, no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), com fulcro no art. 53, parágrafo único, da Lei n.º 2.423/1996 (Lei Orgânica), em virtude da ausência de autorização emitida pelo órgão mato-grossense para que a Unidade Gestora pudesse aderir a Ata de Registro de Preço n.º 4/2012, ausência de documentos de habilitação fiscal da empresa vencedora do certame, bem como por ausência de demonstração da vantagem da adesão à ata em comento;

9.2.2- Fixar o prazo de 30 (trinta) dias para o recolhimento aos cofres estaduais do valor da penalidade imposta, com comprovação perante este Tribunal, nos termos do artigo 174, § 4º, da Resolução n.º 4/2002 – TCE/AM. Observe-se que caso o prazo estabelecido expire, o valor da multa deverá ser atualizado monetariamente (art. 55, da Lei n.º 2.423/1996 c/c o art. 308, § 3º, da Resolução n.º 4/2002 – TCE/AM);

9.2.3- Autorizar desde já a instauração da cobrança executiva no caso de não recolhimento do valor da condenação, conforme preceituado pelo art. 73, da Lei n.º 2.423/1996 e arts. 169, II, 173 e 308, § 6º, todos da Resolução n.º 4/2002 – TCE/AM.

Vencidos os votos do Conselheiro Raimundo José Michiles e da Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, que acompanharam a proposta de voto do Relator, modificada em sessão, no sentido de julgar as contas regulares com ressalvas e sem aplicação de multa, acolhendo sugestão contida no destaque do Conselheiro Convocado Alípio Reis Firmo Filho, uma vez que a penalidade estava fundamentada em dispositivo da Lei Orgânica criado em exercício posterior (2013) à ocorrência do fato. O Conselheiro Júlio Cabral se posicionou adotando a proposta de voto original, sendo acompanhado pelo Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva. Verificado o empate, a Presidência desempatou em favor do voto do Conselheiro Julio Cabral.

10- Ata: 33ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 17 de setembro de 2014.

12- Especificação do quórum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente, em exercício), Julio Cabral, Raimundo José Michiles, Érico Xavier Desterro e Silva e Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

12.1- Auditor presente e Relator: Mário José de Moraes Costa Filho.



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 505/2014 – TCE – TRIBUNAL PLENO

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR

Conselheiro-Presidente, em exercício.

JULIO CABRAL

Conselheiro-Redator

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA

Procurador-Geral